

# Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

## **Faces da necropolítica genderizada contra a existência transexual em comentários no Instagram**

### **Faces of gendered necropolitics against transgender existence: analyses of Instagram comments**

#### **Rostros de la necropolítica de género frente a la existencia transexual: análisis de comentarios en Instagram**

Larissa Ferreira Nunes<sup>1</sup>, Tadeu Lucas Lavor Filho<sup>2</sup>, Rochelly Rodrigues Holanda<sup>3</sup>, João Paulo Pereira Barros<sup>4</sup>, Luciana Lobo Miranda<sup>5</sup> & Deborah Christina Antunes<sup>6</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará. *E-mail:* [larissafnpsico@gmail.com](mailto:larissafnpsico@gmail.com) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Ceará. *E-mail:* [tadeulucaslf@gmail.com](mailto:tadeulucaslf@gmail.com) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará. *E-mail:* [rchlholanda@gmail.com](mailto:rchlholanda@gmail.com) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-9901-9451>

<sup>4</sup> Universidade Federal do Ceará. *E-mail:* [joapaulobarros07@gmail.com](mailto:joapaulobarros07@gmail.com) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>

<sup>5</sup> Universidade Federal do Ceará. *E-mail:* [lobo.lu@uol.com.br](mailto:lobo.lu@uol.com.br) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-7838-8098>

<sup>6</sup> Universidade Federal do Ceará. *E-mail:* [deborahantunes@ufc.br](mailto:deborahantunes@ufc.br) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-5101-3811>



*Informações do Artigo:*

Larissa Ferreira Nunes  
[larissafnpsico@gmail.com](mailto:larissafnpsico@gmail.com)

Recebido em: 19/08/2021  
Aceito em: 07/05/2022

**RESUMO**

Este artigo objetivou analisar comentários postados por usuários do Instagram em publicações acerca da transexualidade no perfil do jornal O Povo. Metodologicamente, operamos uma análise imanente do discurso a partir de 1.411 comentários coletados em oito matérias publicadas em janeiro de 2021. Com auxílio do *software* IRAMUTEQ, realizamos uma análise lexical do corpus textual, compreendendo a frequência e a coocorrência de termos. Os resultados, por um lado, apontam comentários preconceituosos e discriminatórios e, por outro, revelam apoio de internautas à visibilidade e à militância trans – contradições a serem superadas, no combate ao preconceito para a efetivação de uma sociabilidade livre.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Internet; Transexualidade; Direitos Humanos; Preconceito.

**ABSTRACT**

This article aimed to analyze comments posted by Instagram users in publications about transsexuality in the profile of the newspaper O Povo. Methodologically, we operated an immanent discourse analysis from 1,411 comments collected in eight publications in January 2021. With the IRAMUTEQ software, we performed a lexical analysis of the text corpus comprehending the frequency and co-occurrence of terms. On the one hand, the results point out prejudiced and discriminatory comments; on the other hand, they reveal internet users' support for trans visibility and militancy - contradictions to be overcome in the fight against prejudice for the realization of a free sociability.

**KEYWORDS:**

Internet; Transsexuality; Human Rights; Prejudice.

**RESUMEN**

Este artículo tenía como objetivo analizar los comentarios de los usuarios de Instagram en las publicaciones sobre transexualidad en el perfil del periódico *O Povo*. Metodológicamente, se realizó un análisis del discurso imanente a partir de 1.411 comentarios recogidos en ocho publicaciones en enero de 2021. Con el software IRAMUTEQ, realizamos un análisis léxico comprendiendo la frecuencia y la co-ocurrencia de los términos. Los resultados indican, por un lado, comentarios prejuiciosos y discriminatorios y por el otro, revelan el apoyo de los internautas a la visibilidad y a la militancia trans, contradicciones a ser superadas, en la lucha contra los prejuicios para la realización de una sociabilidad libre.

**PALABRAS CLAVE:**

Internet; Transexualidad; Derechos Humanos; Prejuicio.

Segundo último relatório da Organização Mundial de Saúde (World Health Statistics, 2018), o Brasil é o quinto Estado mais violento do mundo, com média de 31,1 mortes para 100 mil habitantes. Esse número é típico em países que vivenciam crises econômicas e políticas, nos quais o crescimento das desigualdades sociais ocorre em consonância com o aumento da violência. Dentre os países mais violentos citados no referido relatório, é comum o traço da contínua colonialidade entranhada às relações socioinstitucionais. O Brasil, a exemplo, além

de ser economicamente desigual, tem elevado índice de mortalidade por armas de fogo, o qual pode ser equiparado ao número de mortes em países em situação de guerra.

Dentre as maiores vítimas nas dinâmicas da violência no Brasil, marcadas interseccionalmente por questões de gênero e sexualidade, estão as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexos e Agêneros - “LGBTQIA+”. Tal população é violentada a partir de traços específicos de crueldade, quase sempre com tortura seguida de morte – traço típico da subjetivação *gore* (modos contemporâneos da subjetividade capitalística que surgem no capitalismo *gore*) do sujeito *endriago* (formas de ser em que se utiliza da violência para afirmar-se). Acerca disso, Valencia (2010, 2018) aponta-nos a noção de capitalismo *gore*, produzido por práticas capitalistas que sustentam a violência como ferramenta do necroempoderamento e da necroeconomia, os quais, por sua vez, transformam contextos de vulnerabilidade e/ou subalternidade em possibilidade de ação, autopoder e afirmação masculinista. Diante disso, a população “LGBTQIA+”, por desobedecer às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, torna-se mais vulnerável à lógica *gore* e da necropolítica de gênero.

Desses sujeitos dissidentes, destacamos os corpos trans (termo que engloba pessoas transexuais e travestis), uma vez que, de acordo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em conjunto com outras entidades e organizados no último relatório por Benevides (2022), o número de pessoas trans assassinadas no Brasil é significativo. No ano de 2017, dez homens trans e 169 travestis e mulheres transexuais foram assassinadas/os; em 2018, uma pessoa não-binária, quatro homens trans e 158 travestis e mulheres transexuais tiveram suas vidas ceifadas; em 2019, três homens trans e 121 travestis e mulheres transexuais foram mortas; por fim, em 2020, 175 travestis e mulheres transexuais

foram vitimadas (Benevides & Simpson, 2018; Benevides & Nogueira, 2021). Em seu cotidiano, as pessoas trans são alvos do desatendimento de direitos fundamentais, da exclusão estrutural e de uma gama extensa de violências, ameaças, agressões e atos discriminatórios que são denominados como “transfobia” (Jesus & Carvalho, 2020).

Uma das principais ferramentas para discussão acerca das questões de identidade de gênero é o meio online. Redes sociais e plataformas digitais afetam e mediam a manifestação de pensamentos e opiniões sobre diversas temáticas, tornando-se permissivas inclusive à exposição de discursos de ódio e preconceito, consequência da amplitude do espaço online utilizado por agressores e promotores de violência (Vitali et al., 2019). A Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (2022) representa a resposta brasileira em coibir o uso indevido da Internet para a prática de crimes contra os Direitos Humanos, e de 2006 a 2021, recebeu e processou inúmeros denúncias de domínios como Orkut, Facebook, Twitter, Tiktok e Instagram, citando os mais conhecidos. Ao utilizar o mapa do site<sup>7</sup>, ao usar o filtro LGBTfobia, os indicadores apontam mais aproximadamente 39.373 páginas de internet (URLs) denunciadas, em oito idiomas e hospedadas em diferentes domínios (dentre os já citados), das quais 29.193 foram removidas. Desse modo, torna-se relevante observar práticas discursivas no meio online que reverberam sobre a existência trans.

Segundo o relatório *Digital in 2021 (We Are Social & Hootsuite, 2021)*, o Instagram figura entre as redes sociais mais utilizadas no mundo, somando 1,15 bilhão de usuários em 2021. O relatório aponta ainda que, no Brasil, existem cerca de 150 milhões de usuários de redes sociais e que 70,3% da população brasileira utiliza alguma rede social no seu dia a dia.

---

<sup>7</sup> Para mais informações, acessar o site da central <https://indicadores.safernet.org.br/>

Por esse motivo, selecionamos o perfil *O Povo Online* (2022a) no Instagram, tratando-se de um dos periódicos do estado do Ceará com maior público online (contabilizando, até a data deste estudo, 1,6 milhão de seguidores no Instagram).

Portanto, neste escrito utilizamos acepções como a necropolítica genderizada como um exercício político que se expressa na capacidade de determinar não só quem pode viver, como também quem e como deve morrer, sobretudo a partir da exposição de tecnologias mortíferas que produzem zonas de morte para uma população alvo (Mbembe, 2017). A partir dos postulados de Montserrat Sagot (2013) acerca da necropolítica de gênero, fazemos uma leitura da violência de gênero no contexto cearense contra as pessoas transexuais e travestis, em específico, para pensarmos as formas em que são produzidos comentários sobre notícias que sinalizam violências e preconceitos aos sujeitos “LGBTQIA+” e foram postadas em um perfil jornalístico no Instagram.

Assim, guiamo-nos pelo seguinte questionamento: que comentários são produzidos por usuários do Instagram que acessam o perfil do jornal *O Povo* sobre matérias relacionadas à população trans? De acordo com a literatura estudada, entendemos que os conteúdos de comentários são efeito e produto da lógica mortífera que cotidianamente vulnerabiliza e mata pessoas trans (Foucault, 1998, Duarte & Nascimento, 2018). Portanto, temos como objetivo analisar os discursos produzidos em comentários das postagens acerca da transexualidade publicadas no mês de janeiro de 2021 no perfil do veículo de comunicação na referida rede social.

Em tempos nos quais o saber hegemônico se propõe como conhecimento único e universal, faz-se necessário apontar que as e os interlocutores deste escrito se identificam enquanto mulheres e homens cisgênero. Essa constatação da cisgeneridade indica um

determinado arranjo do gênero e do corpo no mundo (Vieira & Bagagli, 2018); por isso, nos cabe reconhecer nosso local de privilégio enquanto cisgêneros uma vez que não sofremos as mesmas violações e violências às quais as pessoas transsexuais e travestis estão sujeitas. Dito isso, não temos intenção de falar sobre pessoas trans como objeto de pesquisa, compreendendo nosso local de percepção do mundo. As e os autores intentam promover críticas sobre os discursos relacionados à população trans, os quais, por vezes, produzem e reproduzem a normatividade cisgênero enquanto natural e, logo, atuam na perpetuação de violências contra as pessoas “LGBTQIA+”.

### **Método**

O estudo sistemático dos comentários foi realizado a partir da *netnografia*, forma especializada da etnografia no ciberespaço, a qual utiliza-se da comunicação mediada por um equipamento eletrônico conectado à Internet como fonte de dados para assim chegar à análise e à compreensão de um fenômeno ocorrido na Internet (Kozinets, 2014). Compreendemos que a globalização permitiu que lógicas de saber e poder também operem no ciberespaço em suas diferentes dimensões. À vista disso, foi feita uma análise de conteúdo com base no software IRAMUTEQ, seguida de uma análise imanente do discurso (Antunes & Holanda, 2020), de modo a possibilitar o aprofundamento do debate de questões fundamentais para a compreensão do atual cenário hostil à população transexual no Ceará.

O primeiro filtro aplicado foi o recorte temporal, referente ao mês de janeiro de 2021, visto que esse é considerado o mês da visibilidade trans no Brasil. O segundo filtro foi regional, elegemos o Ceará por ser um dos estados brasileiros com maior número de assassinatos de

travestis e transexuais<sup>8</sup>, sendo emblemático o homicídio de Keron Ravach em janeiro de 2021, que foi noticiado e consta em nossa análise. Finalmente, decidimos coletar os dados a partir dos comentários em postagens de matérias veiculadas no Instagram *O Povo Online*. Elegemos esse jornal por seu grande engajamento no Ceará e o perfil na referida rede social por seu uso intensivo entre os brasileiros, como apontado na seção anterior.

Por meio de observação na página, identificamos 10 postagens atribuídas à temática da população trans. A seleção de postagens para análise neste trabalho foi balizada a partir de dois critérios: quantidade de comentários e quantidade de curtidas. Desse modo, foram selecionadas oito matérias com maior engajamento, as quais foram dimensionadas e distribuídas em três blocos de temáticas adjacentes, conforme especificado na Tabela 1:

### **Tabela 1**

#### *Postagens selecionadas no perfil O Povo Online no Instagram*

Eixos	Postagens
Eixo 1: Duas matérias sobre o assassinato de pessoas trans	O Povo Online (2021b, 29 de janeiro)
	O Povo Online (2021c, 5 de janeiro)
Eixo 2: Três matérias sobre visibilidade e militância da população trans	O Povo Online (2021d, 4 de janeiro)
	O Povo Online (2021e, 28 de janeiro)
	O Povo Online (2021f, 26 de janeiro)
Eixo 3: Três matérias sobre políticas públicas e Direitos Humanos para a população trans	O Povo Online (2021g, 28 de janeiro)
	O Povo Online (2021h, 29 de janeiro)
	O Povo Online (2021i, 30 de janeiro)

Em seguida, foram extraídos os comentários de cada postagem, totalizando 1.411 comentários, os quais foram tratados textualmente. Foram selecionados apenas os comentários

<sup>8</sup> Entre 2019 e 2021, o Ceará apresentou a maior taxa de violência praticada contra pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais entre os estados monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança (Ramos et al., 2021).

que são réplicas diretas ao conteúdo das postagens. As réplicas e trélicas denominadas respostas não foram incluídas em nossa amostra uma vez que, por vezes, destoam do conteúdo publicado no referido perfil e consistem, por exemplo, em respostas monossilábicas e/ou *emoticons*. Foram excluídos comentários que apresentavam somente *hashtags*, caracteres especiais desconexos e/ou *emoticons*. Consideramos, portanto, aqueles com palavras soltas, frases simples e/ou textos elaborados, finalizando um *corpus* textual de 1.027 comentários.

Para tratamento analítico lexical utilizamos o software IRAMUTEQ, a partir do Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A análise permite dimensionar a produção de classes temáticas cujas composições se dão por segmentos de textos que se vinculam pela frequência e concorrência de suas palavras, ou seja, os agrupamentos se dão entre trechos que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e diferenciado dos segmentos de texto das outras classes. Estas classes nos ajudam a entender o universo temático e semântico das ideias que, por vocabulário semelhante, apresentam temáticas e ajudam na interpretação do conteúdo textual analisado (Ramos et al., 2018).

Para fins de entendimento, explicamos como se dá o processo organizativo do CHD. A partir de um *corpus* textual, os Segmentos de Texto (ST), feitos em testes tipo  $\chi^2$ , são classificados a partir de seus vocabulários e o conjunto deles é repartido por meio de suas frequências em formas reduzidas. É nesse processo que o software organiza um dendrograma, o qual ilustra as relações entre as classes identificadas em função de seu vocabulário léxico e pelas variáveis. O software fornece resultados descritivos de cada uma das classes. Outra leitura possível dos resultados é a análise fatorial de correspondência, nela os ST mais característicos de cada classe são calculados, permitindo a contextualização mais típica em cada classe. Cabe salientar que o IRAMUTEQ é um software de tratamento de dados, de forma

que a análise interpretativa é feita de acordo com a base epistemológica de quem o utiliza (Camargo & Justo, 2013). Por fim, utilizamos após os comentários o código da citação elaborado pelo Software que representam um score a fim de indicar a prevalência do dado.

A análise empreendida neste trabalho foi produzida em três operações diferentes, uma para cada eixo de matérias jornalísticas, de tal modo que obtivemos análises de CHD distintas e relacionadas por temática. A divisão dos *corpora* de análise e as respectivas quantidades de comentários passaram a ser: Eixo 1 (722 comentários); Eixo 2 (266 comentários) e Eixo 3 (39 comentários). Nas figuras 1, 2 e 3 apresentamos os dendrogramas de cada CHD empreendida. Nos dendrogramas, a primeira coluna de cada classe aponta o vocábulo que se repetiu (palavra); a segunda coluna, o número de repetições (f); e a última, a distribuição dos ST ( $x^2$ ).

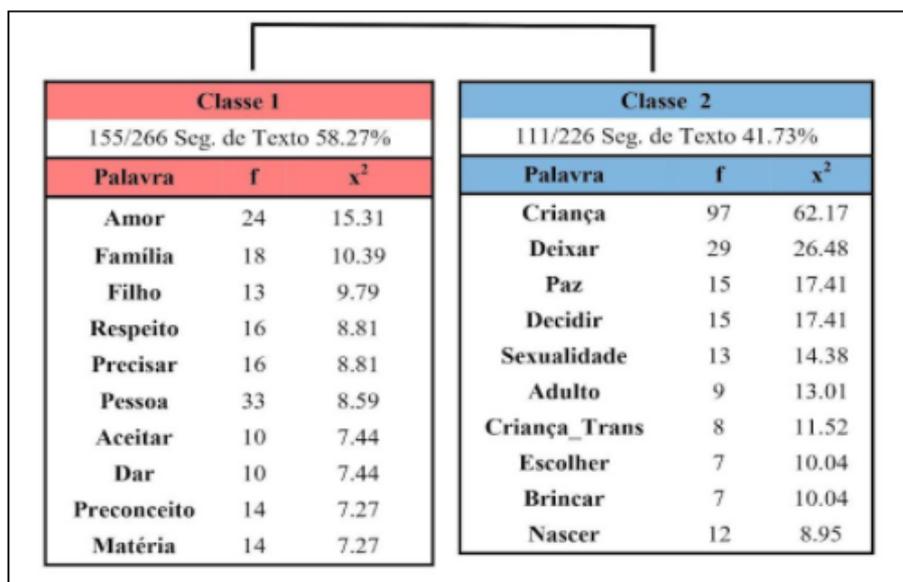
**Figura 1**

*Dendrograma do Eixo 1: Assassinato de corpos trans*

Classe 1			Classe 2		
442/722 Seg. de Texto 61.22%			280/722 Seg. de Texto 38.78%		
Palavra	f	$x^2$	Palavra	f	$x^2$
Pessoa	82	35.64	Deus	108	106.18
Vida	50	21.44	Maldade	51	61.1
Ódio	54	21.43	Crueldade	40	38.1
Pais	32	21.21	Descansar	20	27.38
Morrer	35	19.99	Tristeza	42	26.29
Querer	33	18.62	Paz	30	26.17
Trans	27	17.77	Triste	118	19.25
Matar	31	17.25	Mundo	68	14.63
Dia	31	14.26	Confortar	12	14.38
ver	35	14.14	Amor	17	10.42
Matar	21	13.7	Keron	12	10.2

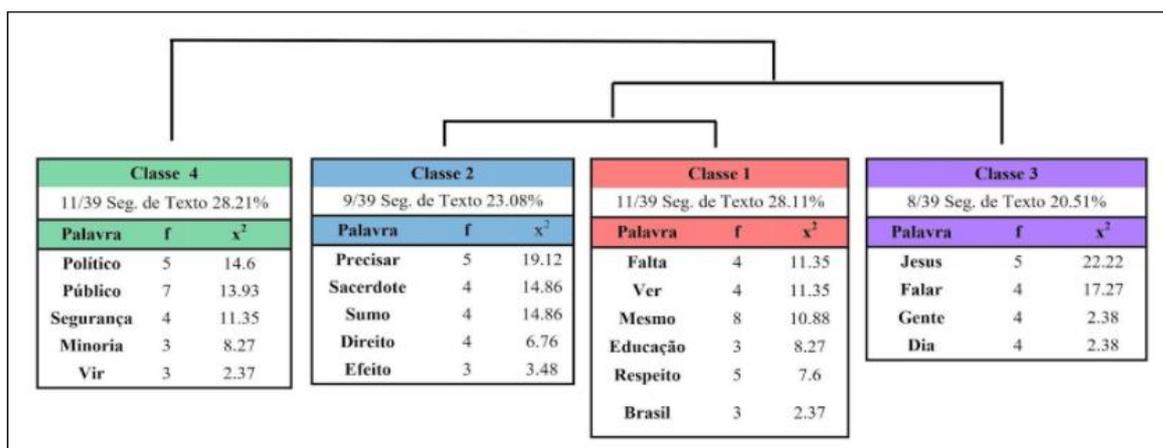
**Figura 2**

*Dendrograma do Eixo 2: Visibilidade e militância da população trans*



**Figura 3**

*Dendrograma do Eixo 3: Políticas públicas e direitos humanos para a população trans*



Nas seções seguintes, tecemos uma discussão sobre os segmentos de textos e sua significância a partir da representação temática da classe pertencente.

## Resultados

### O Que Chamamos de Corpos Trans e Quem Pode Ser Visto Como Dissidente de Gênero?

Na madrugada de 4 de janeiro de 2021, uma adolescente trans de 13 anos foi assassinada a pauladas, chutes e socos no município de Camocim, Ceará. A imagem de Keron Ravach foi divulgada na notícia “Adolescente de 13 anos espancada até a morte sonhava em ser digital influencer”. Infelizmente, Keron não foi a primeira vítima trans a ser morta com tamanha crueldade no estado e a ter sua morte repercutindo nacionalmente. Em 2017, foram veiculados em redes sociais vídeos da tortura e assassinato de Dandara do Santos, jovem travesti que residia em um bairro periférico de Fortaleza. O assassinato de Keron é a primeira notícia encontrada dentro do recorte temporal desta pesquisa, por isso, a seção inicial de discussão dos resultados das análises aborda a realidade de assassinatos contra as pessoas trans no Ceará.

No dendrograma do Eixo 1, percebe-se que a primeira classe associa os vocábulos *Pessoa/Vida/Ódio/País/Morrer/Querer/Trans/Matar*, sendo que *Morrer* e *Matar* totalizam 87 repetições. Na segunda classe, os vocábulos são *Deus/Maldade/Crueldade/Descansar/Tristeza/Paz/Triste*, sendo que *Deus* aparece 108 vezes e *Maldade* e *Crueldade* totalizam, juntas, 91 repetições. Em ambas as classes, podem ser observadas interações que respaldam a produção de ódio e intolerância, além de interações que, de modo geral, expressam indignação, medo e impunidade diante do descaso e da invisibilidade das mortes de pessoas “LGBTQIA+”. Exemplificamos a partir de trechos representativos destacados conforme análise do IRAMUTEQ, como: “Que absurdo meu Deus, quanta maldade no coração descansa em paz deus conforte os familiares” (\*\*\*\* \*ind\_01, classe 1, score: 238.38).

É importante destacar que alguns comentários reiteram o pouco tempo de vida que Keron teve, ou seja, por ser uma criança o ocorrido torna-se ainda mais inadmissível, mas não necessariamente por ser uma criança trans. É possível observar, sobretudo na Classe 2 do Eixo 1: “Meu Deus, 13 aninhos uma adolescente cheia de sonhos com um mundo a conquistar quanta maldade e crueldade” (\*\*\*\* \*ind\_01, classe 1, score: 220.01)”.

Em alguns dos comentários apresentados existe a ideia de que, na sociedade altamente tecnificada e avançada cientificamente, teríamos superado também questões problemáticas da humanidade, compreendendo que o movimento de esclarecimento científico seria acompanhado de um desenvolvimento humanístico. Assim, o comentário que cita “[...] voltamos ao obscurantismo e as práticas medievais” sugere surpresa por um suposto "retorno". Contraditoriamente, as condições humanas estão no mesmo nível do desenvolvimento técnico-científico baseado na violência e na dominação da natureza interna e externa, de si mesmo e do outro. Esse solo, em que a ciência produz e interfere na cultura produzindo uma forma de existência baseada na dominação, na consideração da natureza como inferior ao homem da ciência (uso do termo homem de forma proposital; geopoliticamente o branco, hétero e europeu como modelo) é o que estrutura – social e psiquicamente – o preconceito, a discriminação e o ódio ao diferente desse "padrão", por ser o "inferior", o dado de "natureza", a lembrança do ser "animal" do próprio homem (o estranho que lhe é familiar).

Ademais, alguns comentários expressam transfobia distorcendo a luta por direitos do movimento “LGBTQIA+”. Esses discursos, ainda que em menor número, conseguem ganhar alguns *likes* e respostas secundárias, como em: “Agora tem até disputa de quem morre mais? É hétero ou trans, armaria. Morrem pessoas, todos importam!” (\*\*\*\* \*ind\_01, classe 2/, scores: 83.65). É em frases como “todos importam” que o preconceito aparece de modo velado e age

na manutenção de ideias cristalizadas que corroboram para a segregação da alteridade, não se materializa corpos trans em vidas (Vieira & Bagagli, 2018). Constroem-se discursos sob base do racismo, do sexismo e da LGBTfobia. Observa-se o racismo e sexismo entrelaçado em nossa cultura atuando de forma simultânea na perpetuação violenta de base colonial (Gonzalez, 1984). Essa violência e deslegitimação humanitária dessas pessoas é ainda mais aviltante quando outros marcadores identitários e políticos constituem a elegibilidade quanto à mulheridade, masculinidade ou mesmo não-binaridade desses corpos (Nascimento, 2021).

Dados mais recentes apontam um aumento de 127% em denúncias de homicídios de pessoas “LGBTQIA+” entre 2011 a 2017 no Brasil (Cerqueira et al., 2020). No mesmo relatório, é dito ainda que, apesar das subnotificações, em 2017 e em 2018, respectivamente, 445 e 420 pessoas “LGBTQIA+” tiveram suas vidas interrompidas por causa de sua orientação sexual (Cerqueira et al., 2020). O perfil dessas pessoas apresenta características socioeconômicas específicas: pobres, negras e mulheres (travestis e transexuais), habitantes de zonas urbanas marginalizadas (Cerqueira et al., 2020). Dado que a expectativa de vida de pessoas trans é em média 35 anos, observa-se um transfeminicídio em curso no Brasil (Vieira & Bagagli, 2018), sendo necessário visibilizar essas vidas e mortes para pensarmos políticas de prevenção (Nascimento, 2021).

Ressaltamos ainda que, desde 2017, o Ceará aparece no *ranking* entre os cinco estados em que mais matam travestis e pessoas transexuais (Benevides & Nogueira, 2021). Mesmo com tais dados, é necessário apontar a invisibilidade da real situação; as subnotificações ou o não reconhecimento da condição LGBT nos dados de homicídios são fruto da produção discursiva e subjetiva que corporaliza vidas legítimas com base em um modelo de humanidade

e desvaloriza existências que não estão englobadas nesse modelo por não seguirem a cisgeneridade e a heterossexualidade compulsória.

No mesmo ano em que Dandara foi brutalmente assassinada e que o Ceará foi o estado que teve o maior número de mortes de pessoas transexuais e travestis (2017), a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPD) não reconheceu sua morte como tendo traço de homofobia (O Povo, 2018). Há certa seletividade diante da morte, que pode ser lida a partir do conceito butleriano de “vidas não passíveis de luto” (Butler, 2016). Segundo a filósofa, nem todas as vidas estão enquadradas nos marcos ontológicos de humanidade, posto que há em curso uma norma social que infere certa normatividade sobre o humano e suas condições de existência (Butler, 2019a). Os sujeitos desumanizados, como a população “LGBTQIA+” –por não corresponder às normas hegemônicas de sexo e gênero–, são “vidas indignas”, enquanto outras vidas enquadram-se na teia discursiva da necropolítica de gênero (Butler, 2018, 2019a; Foucault, 1998; Sagot, 2013). Um aspecto central dessa necropolítica de gênero e do seu desdobramento no assassinato e na teia discursiva que fabrica condições de risco e vulnerabilidade social refere-se à retirada de valor da vida “LGBTQIA+” a partir da trivialização, desritualização e apagamento massificante das suas trajetórias de vida e de morte, legitimando a desumanização dessas existências corpóreas (Butler, 2019b).

Mesmo nos discursos que tendem a criticar a morte de pessoas trans, existe a ideia de que esse fenômeno seria um ponto fora da curva da sociedade em que vivemos. É possível identificar uma certa seletividade quanto ao populismo penal, observa-se racismo e homofobia velados na figura de quem seria o assassino ou quem merece ter sua vida interrompida, como no exemplo: “Verdade, assim como teve a morte de milhares de héteros e não morreram porque

eram héteros e sim porque estavam envolvidos com coisas erradas” (\*\*\*\* \*ind\_01, classe 2, score: 79.54).

A noção de Butler (2019b) sobre corpos abjetos auxilia-nos a analisar os processos de desumanização e inteligibilidade discursiva de sujeitos que não se encaixam no “cidadão de bem”, sendo o antagônico, o “envolvido”, como exposto no comentário. Essa categoria nativa do envolvimento/envolvido diz respeito à ideia de que o sujeito que morre no Ceará, em uma perspectiva de regime necropolítico à brasileira, em primeira instância, morreu por compor uma organização criminosa ou por andar com pessoas erradas – culpabilizando a vítima e desresponsabilizando o poder público dessa morte (Sousa et al., 2020). Assim como a morte do “envolvido”, a morte de pessoas trans é produzida anteriormente ao seu assassinato, é engendradora por discursos de ódio, os quais, na era globalizada, da vigilância e de tecnologias de subjetivação virtuais, se perpetuam no ciberespaço (Bruno, 2013). Apesar dos avanços conquistados pelo movimento “LGBTQIA+” no Brasil, tal como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que equipara condutas preconceituosas com base na orientação sexual ao crime de racismo, com base na Lei nº 7.716/1989, ainda é perceptível, sobretudo no Nordeste, o aumento de mortes intencionais. Especificamente no Ceará, as dinâmicas da violência urbana têm operado como ferramenta da necropolítica de gênero em que corpos feminilizados são palco de disputas entre as facções (Sousa et al., 2020).

### **Dissonâncias entre Militância e Preconceito Sobre a Visibilidade da População Trans**

Partindo para a análise do dendrograma do Eixo 2, percebemos outros olhares e realidades para a população trans. A primeira classe associa os vocábulos *Amor/Família/Filho/Respeito/Precisar/Pessoa/Aceitar/Preconceito*, sendo que *Pessoa, Respeito e Preconceito* totalizam 63 repetições. Alguns comentários colocam em questão a

necessidade de matérias nas redes sociais que reivindiquem o lugar da visibilidade e militância de pessoas trans, como em:

“Parabéns a matéria sobre a visibilidade. Precisamos de mais amor, de mais respeito, de compreensão. É cada comentário desnecessário e intolerante. A melhor coisa é se informar e julgar menos, parabéns às famílias que respeitam e amam verdadeiramente os seus” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 1, score: 67.62); “Os pais que não respeitam seus filhos, não sabem o real significado do amor. Amar é respeitar. Parabéns pela matéria, é importantíssimo dar visibilidade às crianças e adolescentes trans” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 1, score: 62.67); “Bonito mesmo é ver amor alegria e respeito nas famílias, crianças amadas em suas diversidades são muito mais felizes, todes são mais felizes e o mundo fica mais divertido e cheio de beleza” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 1, score: 59.35); e “Olhar para o outro é tão simples, basta amor e empatia. Que essa matéria linda abra os olhos das pessoas permitindo que enxerguem a realidade do outro e que crianças e adolescentes trans sejam felizes” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 1, score: 50.70).

Concomitantemente, percebemos uma disputa discursiva e do lugar social e político na luta de pessoas trans, uma vez que alguns comentários defendem direitos civis e outros destilam preconceito, ódio e violência contra pessoas trans. Há comentários com trechos bíblicos e anúncios de que a conquista de direitos e de visibilidade para as pessoas trans representa a proximidade ao fim do mundo, como em:

As coisas estão investidas nesse mundo onde se viu isso Deus criou o homem e a mulher para se procriarem e gerarem suas famílias no caso ter filhos ou filhas, aí vêm um pequeno grupo de acéfalos e querem ser maiores que a divindade. Realmente o mundo tá invertido (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 1, score: 41.31).

Em nossa leitura, esses comentários remetem a um projeto político que atualiza as relações de poder envoltas da violência, “se enraíza no conjunto de rede social, inventando formas de existir” e conseqüentemente estratégias de gerir suas vidas e mortes (Duarte et al., 2018, p. 93). Essa deslegitimação de vivências de outras pessoas (alteridades), entranhada à cultura brasileira desde sua fundação social e política, hierarquiza e dicotomiza as existências a partir da colonialidade de gênero (Lugones, 2014). O dispositivo da sexualidade também tem sido uma ferramenta de perpetuação de normas sociais hegemônicas que, por meio das instituições, têm mantido intactos o binarismo de gênero e a heterossexualidade compulsória (Butler, 2018; Foucault, 1998). Nesse contexto, os discursos de ódio estão por vezes disfarçados na ideia de “liberdade de expressão”, em que parece existir uma lógica de que não se fere a dignidade humana ao expor sua “opinião” já que não se refere a vidas entendidas como humanas (Cavalcanti et al., 2018). Alguns comentários posicionam a vida trans como uma condição do pecado e, atrelado a isso, o preconceito e ódio. Baseadas no fundamentalismo religioso, tais colocações estão, por sua vez, ligadas ao reacionarismo e conservadorismo antidemocrático típicos da lógica do mercado-e-moral (moldar o Estado, lei e moral) do projeto neoliberal que versa no Ocidente (Brown, 2019).

Embora a luta por garantia de direitos para a população LGBTQIA+ tenha avançado nas últimas décadas, é frequente e atual uma ameaça nada velada que visa a desarticulação dessas conquistas. A exemplo disso, ainda em 2013, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados se reuniu em favor da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 que visava alterar o Código de Ética do Psicólogo nos parágrafos que restringem qualquer correlação entre homossexualidade e distúrbios (Jesus & Carvalho, 2020). A permissividade a discursos antidemocráticos no seio da democracia explicita a

contraditoriedade de uma estrutura social fértil à produção e à reprodução de preconceitos expressos não como sintoma exclusivo de sujeitos conservadores, mas como forma de existência na atualidade, apontando a necessidade de uma educação histórica e política para o desenvolvimento da consciência e superação da opressão (Antunes, 2016).

Por isso, destacam Duarte, Nascimento e Iñiguez-Rueda (2018), a democracia brasileira, para sustentar-se, necessita de discursos que produzam novas estéticas de existências, marcando identidades que o Estado deveria garantir proteção, pois se encontram em maior vulnerabilidade. Tais identidades pertencem àqueles sujeitos interseccionalmente atravessados por questões raciais, classistas, de gênero e de sexualidade; àqueles que se encontram em maior condição precária e estão expostos à violência, ao autoritarismo, à intolerância e ao neofascismo à brasileira (Butler, 2019b; Sousa et al., 2020).

O transfeminismo, nesse sentido, é um importante movimento para pensar questões da transgeneridade e do colonialismo (Nascimento, 2021). Segundo Sayak Valencia (2010), trata-se de uma (contra)corrente feminista epistemológica de resistência ao sistema moderno colonial atravessada por práticas e discursos de distintas vozes que contrapõem noções binaristas e universalistas de gênero e sexualidade. Essa ferramenta política aponta uma importante chave teórica: a masculinidade e feminilidade como ficção utilizada para “dar continuidade aos projetos de hegemonia social e econômica, imbricado ao regime necropolítico e biopolítico” (Valencia, 2018, p. 36, tradução nossa). Para Helena Vieira e Bia Bagagli (2018), o transfeminismo atua e resiste no campo da representatividade/visibilidade, ao questionar os estigmas sociais que se associam às pessoas trans, bem como a inserção de pessoas trans em todos os espaços e ao denunciar as violências transfóbicas (a qual fazemos a leitura a partir da

necropolítica transfóbica). O movimento ainda coloca em voga a pauta do transfeminicídio invisibilizado no sistema de segurança pública (Nascimento, 2021).

Já na Classe 2, os vocábulos são *Criança/Deixar/Paz/Decidir/Sexualidade/Adulto/Criança\_Trans*, sendo que *Criança, Decidir e Sexualidade* totalizam 125 repetições. Esse dado é importante porque sinaliza diferentes percepções atribuídas em torno do direito à livre orientação de gênero e à livre sexualidade das crianças e adolescentes. Tais discursos também são atribuídos para abordar as diferenças de gênero como antagônicas à vida na infância, de modo a perpetuar a invisibilidade de crianças trans. Podemos exemplificar essas condições por meio dos segmentos de textos a seguir: “É muito importante as famílias observarem comportamentos distintos dos filhos e buscarem auxílio de profissionais adequados entender o que a mente manifesta sobre o corpo é dar oportunidade de as pessoas serem felizes” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 1, score: 46.39); “Que tara doida é essa pelas crianças, hein? Caralho, deixem as crianças em paz. Criança tem que brincar e se divertir, quando ela ficar adulta, aí ela decidirá ser o que ela quiser, até lá deixem as crianças em paz” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 2, score: 150.34); e “Que absurdo! Parem de doutrinar a criança e, deixar ela decidir quando crescer. A criança cresce, quanta falta de vergonha. É o fim dos tempos. Você nasceu homem e vai ser homem pra sempre, é a biologia” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 2, score: 132.01).

Outros posicionamentos denotam reflexões sobre a necessidade de garantir visibilidade para a população trans, sobretudo nas matérias que abordam a temática do Orgulho Trans no mês de janeiro. Muitos discursos ratificam o espaço virtual como local de debate sobre o modo de ser, sobre os preconceitos e sobre as questões familiares. Além disso, são recorrentes comentários que trazem à tona o cenário brasileiro de assassinatos de corpos trans. Nesse bojo,

cabe ressaltar que é no seio familiar que as infâncias trans iniciam suas vivências de violação e violência, o qual “irá se estender e produzir efeitos em diversos âmbitos sociais” (Vieira & Bagagli, 2018, p. 349). As oscilações entre comentários que pautam os direitos humanos e civis das pessoas trans estão presentes nas oito matérias, porém, tratando-se do Eixo 2, que aborda a visibilidade e militância trans, encontramos alguns comentários que retratam as dissidências de gênero como patologias.

Como já salientado, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem sido um aliado na luta pela despatologização das identidades trans, engajando-se na campanha “Despatologização das identidades trans e travestis” no sítio web “despatologizacao.cfp.org.br” e implantando a Resolução 01/2018, a qual regulamenta que a travestilidade e transexualidade não sejam consideradas patologias na atuação profissional (Jesus & Carvalho, 2020). Além disso, o CFP tem discutido sobre as tentativas de aniquilamento das subjetividades de pessoas trans e como a violência transfóbica tem contribuído para o adoecimento psíquico dessa população.

Há também comentários que reduzem as múltiplas possibilidades de expressão da diferença de gênero em crianças, cuja ratificação é da naturalização do pertencimento da sexualidade ao órgão biológico e das tradicionais estereotípias da cisheteronormatividade. O espaço familiar é visto como intocável, em muito devido a sua associação ao caráter privado e “sacramentado” (Vieira & Bagagli, 2018). São ainda recorrentes os discursos nos quais defende-se que a infância não é o momento para o debate de gênero e da possibilidade de expressar a transexualidade. Como exemplos: “É uma criança, mano. Vocês acham mesmo que elas querem saber de sexualidade? Deixa as crianças em paz” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 2, score: 129.37); “Criança não tem capacidade para decidir algo que mudará sua vida, deixem nossas crianças em paz. só tem pessoas abjetas nessa redação” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 2, score:

129.14); “Que jornal mais vagabundo, deixa nossas crianças em paz, uma criança não decide nada” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 2, score: 123.47); e “Nojo disso, criança deve ser criança, e não discutindo esse assunto da sexualidade dela em um momento tão inocente de sua vida. Podem me chamar de preconceituoso” (\*\*\*\* \*ind\_02, Classe 2, score: 85.03).

Esse indicativo de intolerância é uma das condições mínimas pelas quais são negados e impossibilitados direitos humanos à população trans. O discurso de ódio ainda é fortalecido pela masculinidade hegemônica que, em sua dimensão regionalizada, sobretudo ao falarmos no contexto nordestino e na identidade do “cabra macho”, incide com maior violência no corpo masculinizado que, ao reconhecer-se como travesti ou mulher transexual, recusa esse *status quo* de homem em favor de sua feminilidade. Retomamos a noção de necropolítica de gênero a qual, atravessada pelo machismo, sexismo e transfobia, atinge de forma mais aviltante pessoas trans. Essa tecnologia mortífera ocorre em diferentes dimensões, pela linguagem a partir do discurso de ódio genderizado, pela perpetuação da colonialidade de gênero que dicotomiza e hierarquiza sujeitos e pela diferenciação biológica que normaliza a ideia de homem e mulher cis como corretos (no sentido de moralidade) e a heterossexualidade como normal (no sentido normativo e universalista). Assim, são produzidas maneiras pelas quais essa necropolítica transfóbica se manifesta no cotidiano de pessoas LGBTQIA+, inclusive nos marcos de reconhecimento e no mérito de enlutamento.

### **Entraves e Questionamentos Sobre a Igualdade de Direitos da População Trans**

Nas matérias do Eixo 3, que aborda a temática de políticas públicas e direitos humanos para a população trans, a primeira classe associa os vocábulos *Falta/Educação/Respeito/Brasil*. A relação de frequência é homogênea, ou seja, as palavras repetem-se semelhantemente entre os comentários. Na segunda classe, os vocábulos

destacados são *Precisar/Direito/Efeito*, com frequência de 18 repetições. São narrativas que acionam a necessidade de disputar o lugar também no contexto político, como no caso da vereadora belo-horizontina Duda Salabert, que, paralelamente ao conquistar esse lugar hegemonicamente negado, recebe ameaças, ou como no caso da vereadora carioca Marielle Franco, que foi assassinada.

Na Classe 3, as palavras são *Falar/Gente*, com oito repetições. Finalmente, na Classe 4, são evidenciadas as palavras *Político/Público/Segurança/Minoria*, com 19 repetições em comentários distintos. Essa classe nos apresenta uma relação com os demais eixos discutidos, enfatizando a necessidade de respeito, tolerância e empatia, bem como de reconhecimento da liberdade sexual e de gênero. A seguir, alguns trechos exemplificam: “Que incrível, respeito para todes mais uma vitória, mas falta muito ainda que essa sirva de exemplo para outras causas” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 1, score: 18.95); e “Parabéns pela iniciativa. Aos ofendidos sem educação, empatia, respeito ou críticos pessimistas, chorem mais!” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 1, score: 15.87).

São ainda percebidas relações com outros discursos que fazem interpretações sobre os comentários atribuídos às matérias. Encontramos em maior frequência comentários que não concordavam com conteúdo de preconceito, violência verbal e indiferença às pautas de visibilidade e militância trans. Frente a isso, os internautas discutem a fragilidade da educação como causa para a exposição de discursos estigmatizantes e preconceituosos; entendemos que essa é uma questão delicada.

Há preconceito embutido na ideia de que o preconceituoso é o "sem educação", o "não civilizado", o "bárbaro". Isso porque o preconceito existe também naqueles que possuem alto grau em sua formação acadêmica. Fato este que revela os efeitos produzido no processo

educacional e a urgência de se repensar os objetivos da educação que, por vezes, produz subjetividades adequadas à dominação e ao ódio. Adorno (2000) sugere que o objetivo da educação deveria ser produzir pessoas incapazes de fazerem mal a outros seres. Estamos muito distantes disso. Os segmentos de texto a seguir exemplificam o debate: “Pelos comentários vemos que o Brasil está em falta com a educação respeito e empatia mesmo, que triste por um país que poderia ser tão melhor, mas já perdi minhas esperanças que um dia as pessoas vão mudar aqui” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 1, score: 51.82); e “Pelos comentários, a gente vê que no Brasil falta mesmo é educação e respeito” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 1, score: 51.82).

As discussões convocam, ainda que timidamente, essas relações entre preconceito, educação e Estado, este último como elemento simbólico de uma burguesia que busca a manutenção das desigualdades sociais. Alguns segmentos de texto que ratificam a necessidade de políticas públicas, atribuindo o seu fracasso e ineficiência à gestão do governo atual, no qual é perceptível um alavanque neofacista e militarista que legitima o discurso de ódio, como em: “Muito necessário mesmo políticas públicas” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 1, score: 10.88) e

Nacionalmente os incompetentes querem sempre culpar alguém por sua falta de política social que mal sai do papel. Nos poupe, tudo é precário nesta gestão que fechou centros comunitários, o centro de empregos é inoperante e com poucas oportunidades e variedade de cursos (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 1, score: 11.35).

Entretanto, esse governo foi gerado no bojo da nossa sociedade, resultado de problemas já existentes nos governos anteriores desde o início de nosso processo de colonização. A crítica precisa ser radical e orientada à estrutura social sedimentada nas subjetividades e em todos esses processos – ou mudamos a forma da produção e reprodução da vida, ou a barbárie estará sempre presente.

Ainda na análise de comentários sobre as percepções de internautas sobre as políticas públicas, deparamo-nos com discursos que invalidam estas políticas e segregam o campo da equidade para a população trans. Existe uma aparente nostalgia por uma tentativa de estabelecimento de um Estado de Bem-estar social no Brasil (ainda no âmbito do capitalismo e da manutenção de desigualdades e hierarquias sociais). As políticas públicas, segundo esses discursos, não devem ter centralidade de direito a este grupo; assim, a própria noção de direitos humanos se perde na condição de invisibilidade e intolerância com as pessoas trans. Os segmentos de texto a seguir representam essas reflexões e nos possibilitam pensar o problema da rigidez de posicionamentos conservadores sobre o campo das lutas e conquistas de uma parcela da população LGBTQIA+: “O racismo começa quando criam esse tipo de coisa, gays já tem os mesmos direitos que os héteros, não precisa de super poderes” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 2, score: 25.89); “Primeiramente esse tipo de tratamento tem que ser para as pessoas que realmente precisa e não para um grupo de pessoas” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 2, score: 19.12); “Parabéns pela conquista, vocês merecem todo o nosso respeito, precisamos respeitar as diferenças em 2021” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 2, score: 19.12); e “E, gays agora são superiores aos demais? porque saúde pública é um direito de todos, não vamos dar privilégio a grupo e esquecer a população em geral” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 2, score: 6.77).

Os internautas que se identificam como pessoas trans também expressam seus pontos de vista, como vemos no seguinte trecho: “Obrigado, precisamos demais!” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 2, score: 19.12). Vieira e Bagagli (2018), destacam a importância do ciberespaço para pautas trans, elas relatam o Blog transfeminismo.com, em que se uniram teóricas trans para pensar o transfeminismo. Sendo assim ambíguo o espaço digital, em que ora bons encontros podem surgir, ora é mais um espaço de violência e mesmo exclusão ao pensarmos quem tem

acesso à internet e bons equipamentos para seu uso. Estes discursos também são confrontados por aqueles que defendem a equidade e o espaço de respeito às diferenças, como podemos ver a seguir: “Daqui a pouco os homofóbicos aparecem falando!” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 3, score: 17.27); e “Daqui a pouco chega os ignorantes para falarem besteiras!” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 3, score: 17.27).

Por último, como campo temático de enunciação dos discursos atribuídos em comentários, ainda sob o eixo de políticas públicas e direitos humanos, encontramos questionamentos acerca do lugar da segurança pública como política pública do Estado. Percebe-se nos segmentos de textos abaixo uma distorção da função da política com a demanda de justiça social; o enfrentamento é necessário, mas o reconhecimento é atravessado pela chancela do não direito à vida. Para que essa hierarquização de destituição da vida ocorra, é necessário o rompimento dos ditames biológicos que formulam o funcionamento da sociedade e das relações do mundo baseado na diferença corporal. As próprias políticas públicas ainda se baseiam em binarismos para suas constituições, o Estado segue sendo violador de direitos de pessoas trans (Vieira & Bagagli, 2018). Assim, entendemos ser necessário compor os movimentos que historicamente lutam por visibilidade e direito de existência. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é um exemplo importante de movimento nacional na luta por direitos de pessoas travestis e transexuais no Brasil.

A seguir reproduzimos trechos que exemplificam a temática: “Cadê as políticas públicas de segurança do nosso estado?” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 4, score: 39.88); “Políticas de discriminação são muitas, mas cadê a de segurança que atende a todos e não somente uma minoria?” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 4, score: 39.88); “E a segurança pública resolvem quando?”

(\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 4, score: 25.28); e “Mais uma balela para tirar dinheiro público do cidadão!” (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 4, score: 13.93).

Tais posicionamentos enunciativos denotam condições de inequidade e escancaram uma política que está presente na realidade da sociedade brasileira, isto é, uma política de aniquilamento, de desassistência e que possibilita também que comentários como:

Brasil faz política pública para os seres humanos, porra! LGBTs não podem receber políticas porque se deitam com sexo oposto [na expressão “deitam como sexo posto” entendemos como um ato falho, já que dentro do contexto frasal, este queria dizer “deitam com o mesmo sexo”]. (\*\*\*\* \*ind\_03, Classe 4, score: 28.53).

Esta é uma realidade que maquina a matabilidade de populações LGBTQIA+; neste cenário, a segurança pública e a vida cisheteronormativa continuam produzindo sofrimento, vulnerabilidades e condições de precariedade de vidas trans.

A condição ultraprecarizada a que pessoas trans estão sujeitas é o preço pago para manutenção do necroempoderamento e do hiperconsumo que se retroalimenta. Para Valencia (2010), nosso sistema político e econômico vigente não difere do terror *gore* ao tratar corpos (vidas descartáveis) como mercadorias rentáveis, de forma que o crime se paga a partir da necessidade de matar e morrer vidas abjetas.

### **Considerações Finais**

A partir da análise dos comentários, os discursos reproduzidos são pistas para problematizar agenciamentos coletivos de enunciação relacionados às disputas entre posicionamentos transfóbicos e as lutas por visibilidade e direitos para pessoas trans no Brasil. A análise sintetiza uma expressiva comunicação de internautas que evidencia discursos preconceituosos, estigmatizantes e moralistas ao atribuir a condição de desumanidade às

peças trans por meio da religião, negando as plurais formas de vida. Ao mesmo tempo, observamos discursos que reivindicam o direito igualitário e o acesso a políticas públicas. Entendemos que há múltiplas forças que tensionam o lugar da percepção sobre os corpos trans, tanto do ponto de vista do gênero como construção social, quanto pela via da singularidade de vidas que estão submersas em uma lógica de matabilidade genderizada.

Observamos no contexto cearense, a partir de uma leitura do capitalismo *gore* proposto por Valencia (2010), a existência de subjetividades *endrigas*, as quais sustentam o derramamento de sangue explícito e injustificado tendo como pilares o binarismo de gênero a manutenção da masculinidade hegemônica. Não à toa, mulheres e pessoas “LGBTQIA+” têm sido cada vez mais vitimadas nas tramas da violência urbana. Falamos assim de uma necropolítica genderizada que atua diretamente contra corpos trans.

As relações de poder-saber-Subjetivação envoltas no dispositivo da sexualidade têm sustentado um ideal de humanidade o qual circunscreve quais sujeitos cabem no enquadramento ontológico de humano e quais outros se distanciam, justificando as formas brutais que viabilizam zonas mortíferas de pessoas as quais negam encaixar-se dentro dos marcos de elegibilidade, quiçá passíveis à comoção pública diante de suas mortes, mesmo sendo barbáries (Nascimento, 2021; Vieira & Bagagli, 2018). Travestis, Transexuais e pessoas “LGBTQIA+” têm produzido novos saberes e leituras do mundo, o transfeminismo, nesse sentido, como corrente aliada ao feminismo, visa desnaturalizar as relações de poder-saber-Subjetivação em torno do sexo e gênero, ou seja, desestabilizar o cissexismo enquanto matriz de poder que aniquila existências outras (Vieira & Bagagli, 2018).

Refletimos assim nossa prática diante dessa realidade, a Psicologia enquanto saber deve continuar aliada a essa causa, sem retirar o protagonismo das pessoas trans enquanto usuárias

de serviços de saúde e produtoras de conhecimento científico e profissional (Jesus & Carvalho, 2020). É necessário seguir o caráter transformador na teoria e prática da Psicologia, em seu compromisso ético com populações subalternizadas.

## Referências

- Adorno, T. W. (2000). *Educação e emancipação*. Paz e Terra.
- Antunes, D. C. (2016). Tolerância e democracia hoje: O discurso de deputados em defesa da posição conservadora. *Psicologia e Sociedade*, 28(1), 3-13. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p003>
- Antunes, D. C., & Holanda, R. R. (2020). Teoria Crítica e Pesquisa Empírica em redes sociais virtuais. In R. Ripa. (Org.). *Nexos entre a formação docente e as tecnologias digitais* (pp. 18-35). UDESC.
- Benevides, B. G. (2022). Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: Distrito Drag, ANTRA.
- Benevides, B., & Simpson, K. (2018). *Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Editora Politeia.
- Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: Vigilância, tecnologia e subjetividade*. Sulina.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (2ª ed.). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Editora José Olympio.
- Butler, J. (2019a). *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. Autêntica.

- Butler, J. (2019b). *Corpos que Importam: Os limites discursivos do "sexo"*. N-1 Edições.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Cavalcanti, C., Carvalho, M. W. V., & Bicalho, P. P. G. (2018). A Estranha Liberdade de Odiar: Uma análise do processo de ação civil pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. *Revista Periódicus*, 1(10), 231-249. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.27943>
- Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (2022, setembro). *Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos*. Datasafér. <https://indicadores.safernet.org.br/>
- Cerqueira, D. R. D. C. C., Bueno, S. C., Alves, P. P., Lima, R. S. D., Silva, E. R. A. D., Ferreira, H. R. S. A., & Figueiredo, T. D. S. (2020). *Atlas da violência 2020*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.
- Duarte, K. R., Nascimento, L. K., & Íñiguez-Rueda, L. (2018). El dispositivo de violencia en los discursos de odio en torno a las manifestaciones brasileñas. *Revista de Estudios Brasileños*, 5(9), 92-102. <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/144458/138808>
- Foucault, M. (1998). *A história da sexualidade I: A vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque, Trad., 8ª ed). Graal.
- González, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, 1(1), 223-224. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod\\_resource/content/0/06%20-](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-)

%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-

%20Racismo\_e\_Sexismo\_na\_Cultura\_Brasileira%20%281%29.pdf

Jesus, J. G., & Carvalho, S. L. B. (2020). Orgulho LGBTI+: A hora e a vez das transvestigêneres. In Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. *Boletim Universais e Interdependentes*, 1(1), 15-17.

Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Penso Editora.

Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989. (1989). *Define crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor*. Diário Oficial da União, Brasília.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22, 935-952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Antígona.

Nascimento, L. C. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.

O Povo (2018, novembro). Continuam a matar Dandara. *Jornal O Povo Online*. <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/11/continuam-a-matar-dandara.html>

O Povo Online (2022a, setembro). *Perfil*. Instagram. <https://www.instagram.com/opovoonline/>

O Povo Online (2021b, 29 de janeiro). *Brasil teve 175 assassinatos de transexuais em 2020*. [Post]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CKpYTK5B44I/>

O Povo Online (2021c, 5 de janeiro). *Adolescente de 13 anos espancada até a morte sonhava em ser digital influencer*. [Post]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CJtFWLNhyok/>

O Povo Online (2021d, 4 de janeiro). Vereador ignora Duda Salabert e cita outra parlamentar como a mais votada de BH. [Post]. Instagram.

[https://www.instagram.com/p/CJoTyD\\_BNRr/](https://www.instagram.com/p/CJoTyD_BNRr/)

O Povo Online (2021e, 28 de janeiro). *Crianças e adolescentes trans: histórias de famílias como qualquer família.* [Post]. Instagram.

<https://www.instagram.com/p/CKoTqsYBDN3/>

O Povo Online (2021f, 26 de janeiro). *Artistas trans debatem sobre visibilidade e outras demandas urgentes.* [Post]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CKiN8yQh1Zz/>

O Povo Online (2021g, 28 de janeiro). *Ampliação da assistência à saúde a transexuais e travestis é recomendada pela Defensoria Pública.* [Post]. Instagram.

<https://www.instagram.com/p/CKnFzb6h2vG/>

O Povo Online (2021h, 29 de janeiro). *Nome Social: SPS orienta e encaminha pessoas trans para atualização de documentos.* [Post]. Instagram

<https://www.instagram.com/p/CKSIKx-BUzb>

O Povo Online (2021i, 30 de janeiro). Novo Conselho Estadual irá acompanhar políticas públicas no Ceará para população LGBTQIA+. [Post]. Instagram.

<https://www.instagram.com/p/CKsVHRpBNXh/>

Ramos, M. G., Lima, V. M. R., & Rosa, M. P. A. (2018). Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. *CIAIQ2018*, 1, 505-514. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1676/1628>

Ramos, S., Ribeiro, D., Nunes, P., Silva, P. P., Sotero, B., Lins, A. L., Moura, R., Santana, L., Celeste, D., Jatobá, E., Manso, B. P., Ribeiro, F., Nascimento, T., Silva, M. P. O., da Silva, C. H. S., Mães da Diversidade, Marcha das Mulheres Negras São Paulo, &

- Gonçalves, J. F. (2021) *A vida resiste: Além dos dados da violência*. Rede de Observatórios da Segurança/CESec.
- Resolução 29 de janeiro de 2018. (2018). *Estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis*. Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Sagot, M. (2013). El femicidio como necropolítica en Centroamérica. *Labrys Estudos Feministas*, 24, 1-26. <https://ppgecpn.ufms.br/files/2017/02/El-femicidio-como-necropol%C3%ADtica.pdf>
- Sousa, I. S. D., Nunes, L. F., & Barros, J. P. P. (2020). Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: Morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 370-384. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a09.pdf>
- Valencia, S. (2010). *Capitalismo gore*. Melusina.
- Valencia, S. (2018). Transfeminismo no es un generismo. *Pléyade*, 1(22), 27-43. <http://dx.doi.org/10.4067/S0719-36962018000200027>
- Vieira, H., & Bagagli, B. P. (2018). Transfeminismo. In H. B. Hollanda, (Org.). *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* (pp. 343-378). Companhia das Letras.
- Vitali, M. M., Castro, A., Caravaca-Morera, J., & Soratto, J. (2019). “Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice”: Representações sociais da transexualidade

sobre comentários da internet. *Saúde e Sociedade*, 28, 243-254.

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170535>

World Health Organization (2018). *World health statistics 2018: Monitoring health for the Sustainable Development Goals (SDGs)*. Geneva, Switzerland.

We Are Social & Hootsuite (2021, julho). *Digital in 2021*. Recuperado de

<https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>